

Ajuste deste ano não garante contas de 2000

Superávit primário previsto para 99 será assegurado por recomposição de receitas mas, segundo o ministro Parente, situação fiscal do ano que vem é bem mais complicada

SILVIA FARIA

O ajuste fiscal programado para criar um superávit primário de 3,1% do PIB (conceito que exclui despesas e receitas com juros) neste ano está garantido, mas ainda há pendências importantes para o ano 2000, segundo informou ao Estado o ministro de Orçamento e Gestão, Pedro Parente. Para o ano que vem, quando a meta é 3,25% do PIB de superávit, falta definir o modelo do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que desvincula parte das receitas orçamentárias, e o nível da contribuição previdenciária dos ativos e inativos do setor público. "Não haverá necessidade de medidas adicionais neste ano", garantiu o ministro.

A legitimização da cobrança da Cofins sobre o faturamento dos setores monopolistas (mineração, combustíveis, energia elétrica e telefonia), decidida na quinta-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a melhoria da atividade econômica, acomodaram as frustrações de receitas que ameaçavam o ajuste neste ano. Segundo Parente, mesmo que o Supremo rejeite a contribuição previdenciária adicional dos ativos e inativos da União, como esperado, não há mais problemas para fechar as contas públicas. A receita da Cofins mais do que compensa a frustração de R\$ 1,7 bilhão da contribuição previdenciária, embora não haja um cálculo preciso dessa conta.

Outra frustração esperada, do resultado da conta petró-

leo, está sendo equacionada com o aumento dos preços internos, segundo o ministro, a menos que ocorra nova elevação dos preços externos.

Superávit – A revisão do acordo com o FMI, cujos detalhes serão conhecidos na próxima semana, dispensará o Brasil da obtenção de superávit adicional – a meta passaria a 3,25% do PIB de superávit primário, em 99 – por conta das receitas da Cofins e da cobrança do Imposto de Renda dos fundos de pensão (ainda pendente no STF). Mesmo com a obtenção das duas fontes, a meta permanecerá em 3,1% do PIB, de acordo com Parente.

Para o ano que vem, o Planalto ainda precisa definir o nível de desvinculação de receitas orçamentárias. O assunto está sendo negociado com governadores, que querem

abatimentos de algumas despesas repassadas pelo governo federal.

Está também pendente uma solução para o crescente déficit previdenciário do setor público federal, de R\$ 18 bilhões neste ano, caso seja confirmada a expectativa de derrota no Supremo. Parente acha que será inevitável voltar com a discussão em torno do aumento da contribuição dos servidores públicos civis. A contribuição dos militares, informou ele, será encaminhada ao Congresso no próximo semestre.

Outra frustração de receitas, em 99, com a privatização, será parcialmente compensada pela melhoria do desempenho da ati-

DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO AINDA ESTÁ SEM SOLUÇÃO

José Paulo Lacerda/AE-30/6/99



O ministro Parente: "Não haverá necessidade de medidas adicionais agora"

vidade econômica. O governo contava com receitas da ordem de R\$ 27 bilhões com a privatização, principalmente em função das empresas do setor elétrico, para abater a dívida pública interna e reduzir as despesas com juros.

Já se sabe que não será possível cumprir essa meta, mas o impacto maior sobre os juros ocorrerá no ano que vem, quando a economia já estiver em trajetória de crescimento positivo. "O problema da privatização é apenas de calendário, porque o que não aconteceu neste ano, acontecerá em janeiro, fevereiro", disse o ministro. "Então, os benefícios apenas serão postergados."

Parente acredita na viabilidade de se encaminhar ao Congresso ainda neste ano a proposta de reforma tributária, já em discussão entre governo e Legislativo. A reforma, no entanto, não vai alterar o atual pacto federativo (divisão de direitos e encargos entre União, Estados e municípios), cuja discussão demanda tempo.

A reforma da Previdência, em sua opinião, deverá prosseguir numa segunda etapa, para fixar idade mínima para um trabalhador se aposentar (proposta já apresentada e derrotada no Congresso) e desvincular a correção dos vencimentos dos servidores públicos ativos e inativos.